

**ATA DA II REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2103 DA COMISSÃO PERMANENTE DE
COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER**

COPEVID

GNDH

(São Paulo, 03 a 05 de julho de 2013)

Nos dias 03 a 04 de julho de 2013, de 16h às 18h e de 9h às 18h, no Memorial da América Latina, nesta cidade, participaram os seguintes Promotores de Justiça: 1) Márcia Regina Ribeiro Teixeira – MPBA, mteixeira@mp.ba.gov.br; 2) Lúcia Iloizio Barros Bastos – MPRJ, lucibb@mp.rj.gov.br, cao.vd@mp.rj.gov.br; 3) Ivana Machado Battaglin – MPRS, ivanabattaglin@hotmail.com, ivanabattaglin@mp.rs.gov.br; 4) Rubian Correa Coutinho – MPMG, rubian.coutinho@mp.go.gov.br; 5) Selma Martins – MPMA, selma@mp.ma.gov.br; 6) Catarina Cecin Gazele, MPES, cgazele@mpes.gov.br; 7) Érica Verícia Canuto O. Veras, MPRN, ericanutoveras@oi.com.br; 8) Regina Duayer Hosken, MPMG, reginaduayer@mp.mg.gov.br; 9) Francisco de Jesus Lima, MPPI, franciscodejesus@oi.com.br; 10) David Medina da Silva, MPRS, david@mp.rs.gov.br; 11) Maria Amélia B. M. Abbad, MPSC, mmoreira@mp.sc.gov.br; 12) Gicele Mara Cavalcante Davila Fontes, MPSE, gicelemara@mp.se.gov.br; 13) Valéria Diez Scarance Fernandes, MPSP, valeriascarance@uol.com.br; 14) Aline Mancino da Luz Caixeta, MPF-RJ, alinecaixeta@prj.mpf.gov.br; 15) Andrea Lino Lopes, MPT, andrea.lopes@mpt.gov.br; 16) Maria Gabriela Prado Manssur, MPSP, mg.manssur@uol.com.br; 17) Claudia Cecilia Fedeli, MPSP, ccfedeli@mp.sp.gov.br; 18) Stela Valéria Cavalcanti, MPAL, stelacavalcanti@hotmail.com; 19) Thiago Andre Pierobom de Avila, MPDFT, Thiago@mpdft.mp.br; 20) Alessandra Moro de Carvalho, MPAP, alessandramoro@uol.com.br; 21) Rosangela Marsaro Protti, MPRO, marsaro@mp.ro.gov.br; 22) Dulce Helena de Freitas Franco, MPAC, dfranco@mp.ac.gov.br, dulcefreytas@hotmail.com; 23) Regis Rogério Vicente Sartori, MPPR, rrsartori@mp.pr.gov.br, regissartori@hotmail.com; 24) Mário Raul Vicente Brasil, MPPA, mario@mp.pa.gov.br; 25) Cynthia Ramos do Amaral Saad, MPBA, cynthia.amaral@mpba.mp.br; 26) Sara Gama Sampaio, MPBA, saragama@terra.com.br; 27) Leonardo Leonel Romanelli, MPSP, leonardoromanelli@mp.sp.gov.br; 28) Nathalie Kiste Malveiro, MPSP, nmalveiro@gmail.com. Convidadas: Amélia Teles e Lucia Rolim Schulz, rolim.schulz.lu@gmail.com, Clarissa Carvalho, SPM/PR, clarissa.carvalho@spmulheres.gov.br

[Handwritten signatures and initials]
MP-AP
MPF
Souto
MPDFT

- 1) Apresentação do Conselheiro do CNMP – Dr. Jarbas Soares Junior – sobre a convergência dos planos de trabalho das Comissões do GNDH com os Grupos de Trabalho da Comissão de Direitos Fundamentais do CNMP.
- 2) Apresentação da Coordenadora do Projeto de Promotoras Populares – ONG União de Mulheres – Dra. Amelinha Teles – integrante do Movimento Feminista, prestando esclarecimentos sobre o projeto e também sobre um outro trabalho designado “Projeto Maria Maria”, o qual é destinado ao conhecimento da Lei Maria da Penha e vem sendo realizado desde 2007. O projeto das Promotoras Populares abrange cerca de 20 municípios em São Paulo e está presente em outros 12 Estados.
- 3) A convidada Lúcia Rolim falou de sua pesquisa sobre violência contra mulher e tráfico de mulheres – Brasil e Alemanha - e solicitou os contatos dos membros da COPEVID, com o que todos anuíram.
- 4) Apresentação da Proposta do 4º Encontro Nacional do Ministério Público de Enfrentamento à Violência de Gênero, em São Paulo, de 27 a 29 de novembro de 2013, a qual foi aprovada com alterações, passando a ser denominado “IV Encontro Nacional do Ministério Público. Violência de Gênero. Boas Práticas e Experiências Internacionais.” Foi deliberado que quanto à oficina da rede atendimento à mulher, ficarão responsáveis por sua apresentação Leonardo Leonel MPSP e Márcia Teixeira MPBA. Ficarão responsáveis, ainda, pela oficina da rede de atendimento à criança, Silvia Chakian MPSP e Nathalie Malveiro MPSP. A oficina da rede de atendimento à idosa e pessoa com deficiência será apresentada pela colega Stela Valéria MPAL. As demais, relativas à articulação de Promotorias por Fabiana Dalmas MPSP e Gabriela Mansur MPSP, à reeducação do agressor a colega Erica Canuto MPRN, Thiago MPDFT e Sérgio Barbosa do Coletivo Feminista, e a última relativa a ações preventivas nas escolas contra a violência contra a mulher, será dirigida por Selma MPMA, Rubian MPGO e Sara Gama MPBA.
- 5) Apresentação pela colega Stela Valéria do MPAL sobre violência doméstica e familiar contra a mulher portadora de deficiência. Em seguida, foram debatidas algumas questões sobre acessibilidade.
- 6) Apresentação da colega Erica Verícia Canuto O. Veras do MPRN sobre o grupo de reflexão para homens no âmbito do Ministério Público, bem como o projeto de prevenção à violência contra a mulher em locais de trabalho.

Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page. From left to right: a signature that appears to be 'Lúcia Rolim'; a signature 'Amelinha Teles' with 'MP/AF' written below it; a signature 'Lúcia Rolim' with 'MPF' written below it; a signature 'Sara Gama'; a signature 'Rubian'; and a large, stylized signature that appears to be 'Selma'.

7) Apresentação da Clarissa Carvalho, Coordenadora do Ligue 180, da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, sobre a ampliação do atendimento do ligue 180, que se tornará também um disque denúncia. Foram também atualizados os setores responsáveis pelo recebimento das denúncias colhidas no Ligue 180. Foi deliberado, ainda, que o Ligue 180 encaminhará todos os registros relativos aos serviços individualmente aos MPs, inclusive os anônimos.

A Coordenadora da COPEVID encaminhará os contatos dos Estados ao Ligue 180, conforme lista de presença colhida hoje, para eventuais dúvidas da SPM.

8) O Colega David Medina do MPRS informou que no Estado do Rio Grande do Rio Sul os Promotores informam a atuação equivocada do TJ local, que vem afastando a aplicação da Lei Maria da Penha. Disponibiliza o arquivo de recente mandado de segurança interposto pela colega de São Gabriel, o qual ainda aguarda de julgamento. As colegas Lúcia do MPRJ e Selma do MPMA ficaram de disponibilizar os modelos de Reclamação e da decisão liminar no STF, bem como o Provimento 06/2013 do TJMA e o formulário de medida protetiva que a própria mulher pode solicitar.

9) Quanto à CPMI, colegas dos Estados do Espírito Santo, Goiás, Paraná, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, noticiaram que o Relatório Final não foi fiel à situação existente em cada um desses Ministérios Públicos e muitas informações desatualizadas. O MPES ressaltou a situação do referido MP retratada foi de maio de 2012, apesar de ao longo do ano de 2012 e 2013 ter mantido contato com a CPMI, enviando convites para capacitações e eventos, além de dados dos trabalhos empreendidos na Grande Vitória quanto os do interior do Estado, nos 4 Subnúcleos do NEVID no interior. O MPRJ registra que não foram elencadas as Promotorias Especializadas existentes no RJ, que atualmente são em número de seis. O colega Regis do MPPR informou que o MPPR cumpriu o artigo 26, inciso II, da Lei Maria da Penha, tendo em vista que fiscalizou os estabelecimentos públicos e particulares de atendimento à mulher. Com relação à diferença entre o número de boletins de ocorrência e o número de denúncias deve ser informado à CPMI que a diferença se deve à tramitação do inquérito policial e que os serviços da Promotoria de Justiça da Capital do Paraná estavam rigorosamente em dia. Ademais, o MPPR entregou documentos para a CPMI que não foram analisados e que também não constam do referido relatório. Consta, ainda, que no MPPR existe um núcleo de enfrentamento da violência contra a mulher junto ao Centro de Apoio de Direitos Constitucionais, o qual se encontra em constante funcionamento. Foi deliberado que seria agendada uma audiência com a Senadora Ana Rita e a Deputada Federal Jô Moraes sobre o relatório final da

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page. From left to right: a signature that appears to be 'Luis'; a signature 'Clarissa' with 'MP/AP' written below it; a signature 'David' with 'MPR' written below it; a signature 'Regis' with 'MPPR' written below it; a signature 'Selma' with 'MPMA' written below it; a signature 'Lúcia' with 'MPRJ' written below it; and a large, stylized signature on the far right.

CPMI, em especial quanto a inconsistência dos dados relativos ao Ministério Público, bem como que tal informação também será encaminhada ao Grupo de Trabalho sobre Violência contra Mulheres da Comissão de Direitos Fundamentais do CNMP.

10) O colega Thiago do MPDFT trouxe ao debate a proposta de enunciado sobre a possibilidade de realização do aborto legal à adolescente que é vítima de exploração sexual. Ressalta que no ano de 2012 o Ministério da Saúde registrou mais de 14000 casos de exploração sexual de adolescentes e crianças. A OIT também considera tal situação como trabalho escravo. Colocada em votação a proposição foi aprovada por maioria.

11) O colega Leonardo Leonel do MPSP ressaltou a importância da atuação em rede e a tutela dos direitos difusos e coletivos voltados à implantação das Políticas Públicas previstas na Lei Maria da Penha. Os colegas de São Paulo farão um estudo sobre a rede de atendimento a fim de que haja uma proposta de aproximação e fiscalização da rede de atendimento e de enfrentamento à violência pelos membros da COPEVID, que será apresentada na próxima reunião.

12) Proposta de Alteração de Enunciado. JUSTIFICATIVA: O Enunciado nº 2 da COPEVID deve ser modificado para reforçar a inaplicabilidade do art. 41 da Lei Maria da Penha também às contravenções penais. Referido enunciado está assim redigido: "Nos casos de contravenções penais praticadas com violência doméstica e familiar contra a mulher não se aplica a transação penal, conforme entendimento unânime do STF". Na verdade, nenhum dos institutos da Lei nº 9.099/95, e não só a transação penal, pode ser plicado em caso de contravenções penais. Em que pese entendimento do STF e do STJ nesse sentido, multiplicam-se decisões afastando a incidência do art. 41 da Lei nº 11.340/06 nas contravenções penais, embora seja significativo o número de agressões que não resultam em lesões corporais, adequando-se ao art. 21 da LCP. Assim, propõe-se nova redação ao Enunciado nº 2 da COPEVID, nos seguintes termos:

O art. 41 da Lei Maria da Penha aplica-se indistintamente a crimes e contravenções penais, na esteira do entendimento do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.

A alteração do enunciado foi aprovada por Unanimidade.

13) A colega Rubian do MPGO apresentará, na próxima reunião, o resultado de pesquisa Políticas Públicas na Efetivação da Lei Maria da Penha realizada junto às mulheres que passaram pelos serviços.

Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page. The signatures include 'MP-AP', 'MPP', 'Boutinho', and several other illegible signatures and initials.

14) A colega Aline Caixeta do MPF/RJ propôs a formação de um canal de comunicação da COPEVID com o MPF para tratar do controle da utilização das verbas da União voltadas para a formação da rede de apoio à mulher, da assistência à saúde das mulheres em situação de violência doméstica e familiar e canal de comunicação de eventuais notícias de tráfico de pessoas, em especial mulheres.

15) Gabriela Mansur do MPSP sugeriu que todos os colegas informem sobre o andamento da implantação do cadastro nacional de vítimas e autores em seus Estados, devendo ainda serem convidados Ana Larah e Renzo, ambos do MPMS, na próxima reunião.

16) Ivana Bataglin do MPRS apresenta para discussão o Projeto Violência de Gênero Iberoamericano de investigação de delitos e atenção às vítimas. O material será divulgado para todos por e-mail para discussão na próxima reunião.

17) Sobre o grupo de trabalho do GNDH que tem como finalidade alinhar ações ou projetos com o CNMP, a colega Ivana do MPRS esclareceu que o tema escolhido para atuação conjunta com todas as comissões que compõem o GNDH foi a "Mobilidade Urbana". Nesse sentido, foi colocada a questão da mobilidade da mulher vítima de violência, como o deslocamento das mulheres pelos diversos serviços e equipamentos, sendo na oportunidade sugerido, inclusive, a análise da viabilidade de propor-se o "passe livre" nessas hipóteses. Outras situações são relativas à acessibilidade dos equipamentos.

18) A colega Catarina do MPES apresentou o projeto do NEVID de capacitação para policiais civis e militares juntamente com a rede de apoio, disponibilizando o material e a apresentação para os colegas.

19) A colega Gabriela do MPSP requereu seja colocada em discussão a alteração das atribuições para os crimes dolosos contra a vida que envolvam violência doméstica e familiar contra a mulher passem a ser de competência dos Promotores que atuam na área de Violência Doméstica. A colega disponibilizará a Resolução sobre a alteração das atribuições.

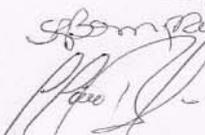
20) O colega Thiago do MPDFT sugeriu a discussão sobre o PL 4501/2012 relativo a alterações na Lei Maria da Penha e requereu a apresentação de pesquisa sobre estratégias político-criminais de enfrentamento à violência doméstica em Direito Comparado (Portugal, Espanha, França e Inglaterra), na próxima reunião da COPEVID.

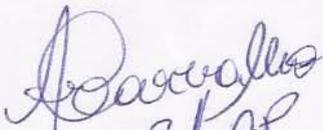
The bottom of the page contains several handwritten signatures and initials in blue ink. From left to right, there is a large stylized signature, a signature that appears to be 'Aline', a signature that appears to be 'Gabriela' with 'MPF/RJ' written below it, a signature that appears to be 'Ivana' with 'MPRS' written below it, a signature that appears to be 'Catarina' with 'MPES' written below it, a signature that appears to be 'Thiago' with 'MPDFT' written below it, and several other smaller signatures and initials, including one that appears to be 'Renzo' and another that appears to be 'Ana Larah'.

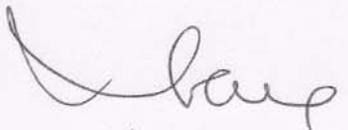
Nada mais dito, encerro a presente ata, que redigida por mim, Lúcia Iloizio Barros Bastos (MPRJ), secretária da COPEVID.

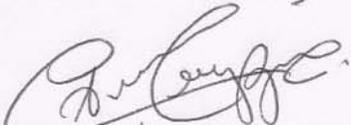
São Paulo, 05 de julho de 2013

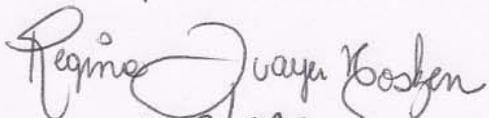

MP/RO.

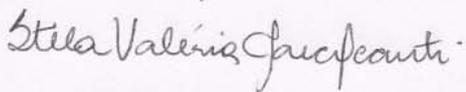

MÁRIO BRASILE (PA)
GHC de Fontes
MP/SE

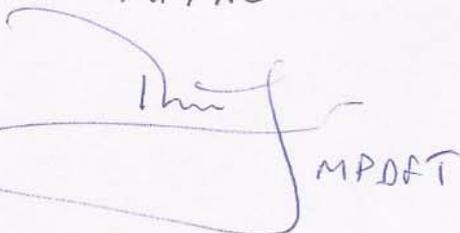

MP/AP

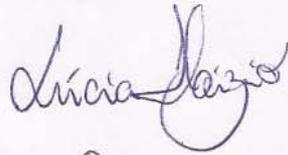

MP/RJ

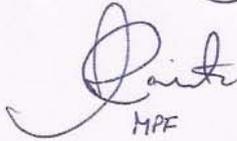

MP/ES


MP/MG


MP/AL


MP/DF

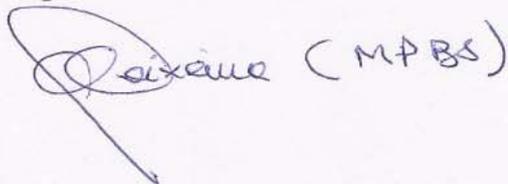



MPF






MP-GO


MP/BS